

A União Europeia: A Ameaça de Desintegração

— EuroMemorandum 2017 —

Sumário

Introdução

A crise da União Europeia (UE) é multifacetada e aprofundou-se visivelmente durante o ano passado. O referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE e a votação a favor do Brexit foram apenas os sintomas mais explícitos das tendências desintegradoras. A fratura entre os países do núcleo e os da periferia da Zona Euro manteve-se. A chegada de um grande número de refugiados vindos das zonas do Médio Oriente devastadas pela guerra tem resultado em conflitos azedos na UE sobre a questão de quem os deve acolher. A maneira como as forças defensoras do comércio livre pressionaram aprovação do Acordo Abrangente em matéria de Economia e Comércio entre a UE e o Canadá (CETA¹) mostrou o total desprezo pelas objeções levantadas pelos órgãos democraticamente eleitos (por exemplo, as regiões belgas da Valónia e de Bruxelas).

Em face das múltiplas crises da UE, existe um consenso relativamente alargado, englobando desde os sociais-democratas até às forças nacionalistas de direita, para procurar avançar no sentido de uma militarização crescente da UE. Caso contrário, podem ser estabelecidas diferentes estratégias para lidar com as crises. A resposta predominante é a improvisação. Isto tem sido o método privilegiado pela maioria das forças democratas-cristãs, sociais-democratas e liberais. Esta estratégia continua assim o modo neoliberal de integração e procura preservar a atual forma geográfica da Zona Euro e do Espaço Schengen. Muito provavelmente não evitará o aprofundamento das tendências de desintegração. Existem duas modalidades nesta política de improvisação. Uma modalidade visa combiná-la com mais flexibilidade orçamental e mais investimento público. Esta é a via preconizada principalmente pelas forças social-democratas em França e no Mediterrâneo. A outra modalidade abandona a integridade do Espaço Schengen e defende um Espaço Schengen mais pequeno com controlos mais rigorosos nas suas fronteiras. É preconizada por um conjunto relativamente amplo de forças, particularmente na Alemanha, na Áustria e na zona centro da Europa de Leste. Uma conceção de “núcleo duro da UE” com uma Zona Euro mais pequena e mais compacta é defendida por forças nacionalistas de direita como a Liga do Norte na Itália, Freiheitliche Partei Österreichs (FPÖ) na Áustria e Alternative für Deutschland (AfD) na Alemanha, bem como algumas correntes de democratas-cristãos. À direita do espetro político, estão finalmente os conceitos de “Europa das Nações”. Estas correntes tendem a defender a integração europeia centrados no mercado único e na regulamentação económica. A direita nacionalista exige mais espaços para as estratégias competitivas nacionais. Os Partidos nacionalistas de direita, como Fidesz na Hungria e Prawo i Sprawiedliwość (PiS) na Polónia, consideram os fundos regionais como um elemento essencial da integração. Algumas forças da direita nacionalista tendem mesmo a deixar a UE.

¹ NT: CETA é o acrónimo da expressão anglo-saxónica Comprehensive Economic and Trade Agreement.

Nas forças politicamente à esquerda há também estratégias divergentes. Algumas forças defendem uma forma de federalismo democrático europeu. Os pressupostos políticos de um tal projeto são extremamente exigentes. Outras forças de esquerda não consideram o federalismo democrático europeu como uma solução realista e veem as instituições da UE como estando particular e fortemente protegidas contra as pressões populares. Propõem uma agenda explicitamente pró-social e desafiam as regulações europeias e estão disponíveis para abandonar a Zona Euro, se tal for necessário para se provocarem mudanças políticas progressistas na UE.

1. Políticas macroeconómicas e de desenvolvimento para desafiar a austeridade e o desenvolvimento desigual

Desde o final de 2014/início de 2015, a política oficial da UE apresentou duas iniciativas para desencadear uma retoma económica, o “Plano Juncker” e a clarificação da interpretação do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) com o objetivo de proporcionar aos estados-membros um maior espaço de manobra orçamental. Os resultados globais destas duas muito tímidas iniciativas no que se refere ao estímulo não monetário da procura são bastante desanimadores: a Zona Euro está ainda longe de uma retoma sustentada da economia e a sua fragilidade aumentou recentemente de modo muito considerável com o enfraquecimento geral da economia mundial e as incertezas causadas pelo voto pelo Brexit.

A política macroeconómica na UE precisa de uma abordagem diferente que permita, a curto prazo, uma retoma forte e autossustentável que assegure o pleno emprego e o crescimento equitativo e, a longo prazo, evite os desequilíbrios macroeconómicos óbvios. A abordagem da política macroeconómica atual tenta sem êxito conseguir estes objetivos através de uma combinação de austeridade orçamental e de uma desvalorização interna competitiva, impulsionadas por “reformas estruturais” no mercado de trabalho, isto é, basicamente restringindo os direitos dos trabalhadores, enfraquecendo os sindicatos e desmantelando o Estado Providência.

Uma alternativa convincente exige pelo menos seis mudanças importantes. (1) O requisito de equilíbrio orçamental deve ser substituído por uma exigência de economia equilibrada que inclua o objetivo de níveis elevados e sustentáveis de emprego. (2) A longo prazo, é necessário um orçamento substancial a nível da UE para financiar investimentos à escala da própria UE bem como bens e serviços públicos e para se estabelecer uma política orçamental anticíclica a nível europeu que possa apoiar as políticas orçamentais nacionais. (3) Em vez de se concentrar apenas no crescimento global, uma estratégia bem-sucedida deve também dar prioridade à eliminação das disparidades entre as diferentes regiões e setores. (4) Deve ser desenvolvida uma estratégia europeia de investimento a longo prazo que abranja o desenvolvimento europeu, nacional e local. (5) A atual estratégia deflacionista de desvalorização interna competitiva deve ser substituída por uma estratégia de crescimento salarial que assegure uma participação justa dos trabalhadores no crescimento do rendimento nacional e uma inflação estável. (6) Devem ser tomadas medidas eficazes contra a concorrência entre países em relação a taxas de tributação.

2. Políticas monetária e financeira da UE: estará a moeda fácil a atingir o limite?

Em 2016, o Banco Central Europeu (BCE) continuou e até reforçou a sua política de crédito muito fácil. No entanto, há sinais de que esta política pode estar a atingir os seus limites. No decorrer da crise, o BCE adquiriu novos e vastos poderes e responsabilidades, que tornam a sua independência face a todas as instâncias políticas na UE uma violação ainda maior dos princípios democráticos. Entretanto, a principal iniciativa da UE no domínio das finanças, a União dos Mercados de Capitais, parece improvável que produza benefícios económicos significativos e, sem dúvida, será seriamente perturbada pela saída iminente do Reino Unido da UE.

3. Migrações e a solidariedade da UE

As migrações dentro e fora da UE têm colocado sob enorme tensão a unidade e a solidariedade da UE. As migrações foram um dos fatores-chave no debate do Brexit e influenciaram o resultado final em junho de 2016. As migrações também se tornaram o principal ponto de união dos movimentos e partidos de direita em toda a UE, desde a Polónia, a Leste, até à França, a Ocidente, onde pouca atenção foi dada à realidade que constituía estas migrações. Houve diferentes fluxos de migrantes ao longo do tempo com diferentes dinâmicas económicas e políticas. Para alguns países, como o Reino Unido, foi a migração interna à UE, vinda dos países da Europa de Leste, que foi considerada um “problema”, apesar da “livre circulação de mão de obra” estar instituída na UE, enquanto para outros países, como a Alemanha, é a migração externa à UE que constitui um problema. Alguns países, como a Polónia, enviaram mais de um milhão de migrantes para outros países da UE, sendo ao mesmo tempo uma voz forte contra os migrantes vindos de fora da UE, especialmente da Síria e de outras regiões do Médio Oriente e do Norte de África.

Aquilo que se proclama serem os problemas são a pressão sobre os recursos sociais e a ameaça às identidades nacionais e culturais. Embora no primeiro caso estas pressões sejam o resultado de um abandono de longa data quanto ao fornecimento de serviços públicos, o que é devido às várias políticas económicas neoliberais, no segundo caso trata-se de mais uma desculpa para culpar os “outros” pelos problemas sociais e económicos com que se debatem os pobres — em parte devido ao comércio livre, ele também neoliberal, e às políticas da globalização. Há também poucos dados para que se possa afirmar que os migrantes utilizaram mal o apoio do Estado Providência que lhes foi concedido pelos países de chegada ou de acolhimento.

Existem alternativas às atuais políticas xenófobas e anti-imigração na UE. A médio prazo, é necessário um trabalho cultural e político que altere a perceção do público sobre o valor dos migrantes para os países de acolhimento, tendo de existir a curto prazo recursos económicos e financeiros passíveis de serem mobilizados para aliviar as pressões sobre as regiões de acolhimento e apoiar as pessoas que foram forçadas a procurar refúgio na UE.

4. A direita e o nacionalismo económico na UE: origens, programas e respostas

As múltiplas crises da UE facilitaram o surgimento de forças nacionalistas de direita. A direita nacionalista engloba uma ampla gama de posições, desde as forças conservadoras nacionalistas liberais até às que são abertamente fascistas. Algumas delas defendem programas que são bastante neoliberais, enquanto outros combinam neoliberalismo com elementos nacionalistas-conservadores, alguns dos quais incluem elementos heterodoxos. As suas políticas sociais são caracterizadas por uma mistura de elementos de *workfare* e de medidas conservadoras. Com estas últimas visa-se restabelecer os papéis de género “tradicionais”. Em vários países da Europa Ocidental com uma população significativa de origem migrante, os partidos nacionalistas de direita defendem agressivamente uma “preferência nacional” de exclusão. As contra estratégias não devem simplesmente opor soluções “europeias” a soluções “nacionais”. Elas deveriam antes propor políticas inclusivas e igualitárias. As estratégias devem lidar com o declínio das regiões periféricas e de muitas áreas rurais. Devem definir-se ao nível territorial onde a probabilidade de se ter êxito concreto parece ser maior. Maioritariamente, deveriam ser definidas a nível nacional e não ao nível da UE.

5. As relações externas da UE

Com a suspensão temporária das negociações do acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP²) entre a UE e os Estados Unidos e o começo da ratificação do Acordo Abrangente em matéria de Economia e Comércio (CETA) entre a UE e o Canadá, este último tornou-se o centro das atenções. Todavia, há fortes correntes nos partidos de esquerda, nos sindicatos e nos movimentos sociais que consideram que o acordo CETA é tão regressivo quanto o TTIP em relação à

² NT: A sigla TTIP deriva de Transatlantic Trade and Investment Partnership, o termo anglo-saxónico pelo qual é conhecida esta parceria.

democracia e ao estado de direito. Uma das cláusulas mais controversas diz respeito ao direito exclusivo e unilateral que permite às grandes empresas transnacionais processarem os governos perante tribunais privados de arbitragem por perdas incorridas após uma mudança na legislação. Embora o acordo CETA declare que “o direito de regulamentar dentro dos seus territórios para atingir objetivos de política legítimos” é garantido aos estados, qualquer possibilidade de se ser levado a tribunal com indemnizações colossais ameaçadoras é suficiente para paralisar qualquer ação dos governos. Além disso, dada a presença intensa de empresas norte-americanas no Canadá, estas poderiam concretizar, via CETA, uma parte substancial dos objetivos do TTIP. Tendo em conta que o acordo CETA ainda tem de ser ratificado pelos parlamentos nacionais, o nível dos estados-membros será o nível-chave para a oposição ao acordo CETA.

Atualmente, a Política Europeia de Vizinhança (ENP³) está num limbo. A Parceria Oriental está a falhar depois da crise ucraniana, de que a UE é parcialmente responsável, enquanto as guerras civis estão a devastar os países a Sul e, sobretudo, no sudeste do Mediterrâneo. A ENP está, portanto, a tornar-se, nas suas duas frentes, a vítima colateral da política de confrontação dos Estados Unidos com a Rússia. A rutura criada pela crise ucraniana está a abrir caminho para intervenções externas, que reforçam as divisões e a fragmentação na UE. Esta situação também coloca a nu e exacerba a incapacidade da UE em agir de forma independente. O governo ucraniano, encorajado pela atitude ambígua dos Estados Unidos e apesar da catastrófica situação no país, está a bloquear a implementação do Acordo de Minsk elaborado pela UE, enquanto os russos tendem a contornar Paris e Berlim com o objetivo de terem contacto direto com Washington. A abordagem da ENP baseou-se na ideia de que os países vizinhos da UE poderiam adotar partes do acervo comunitário da UE. Uma tal integração acentua as tendências de desindustrialização na periferia e, em alguns casos, como na Ucrânia e na Moldávia, tem aprofundado as linhas de fratura geopolíticas internas. Em vez de promoverem o comércio livre extremo e uma integração subordinada, as políticas de vizinhança da UE deveriam estabelecer formas de cooperação mutuamente benéficas, por exemplo a nível setorial.

Tradução de Luís Lopes e Margarida Antunes

The full text of the EuroMemorandum draws on discussions and papers presented at the 22nd Workshop on Alternative Economic Policy in Europe, organised by the EuroMemo Group in cooperation with the Faculty of Economics, University of Coimbra, from 15-17 September 2016 in Coimbra, Portugal.

For more information on the EuroMemo Group, please contact us or look up our web site at:

www.euromemo.eu

³ NT: ENP é a sigla de European Neighbourhood Policy.